

A geopolítica da América do Sul

O papel determinante da defesa na integração do setor elétrico

Francisco Nixon Lopes Frota¹

Nivalde J. de Castro²

PALAVRAS-CHAVE: Integração da América do Sul. Defesa. Setor elétrico.

Introdução

A integração econômica regional vem se consolidando como um importante fenômeno internacional desde a segunda metade do século XX. Nesse sentido, a convergência de objetivos políticos e econômicos entre países vizinhos possibilita superar, em melhores condições, os desafios de um mundo cada vez mais globalizado.

No período Pós-Guerra Fria, o sistema global de segurança foi alterado de forma destacada em consequência de profundas transformações no cenário internacional. Os EUA firmaram-se como potência hegemônica, criando uma assimetria nas relações internacionais, inclusive em relação às ditas grandes potências (União Europeia, Japão, China e Rússia). A emergência de potências regionais, tais como o Brasil e a Índia, entre outras, somada ao fim da disputa ideológica da

Guerra Fria, permitiu o surgimento de laços de confiança na área de defesa e segurança, favorecendo o desenvolvimento da integração regional em vários campos do poder nacional.

Na América do Sul, essas transformações vêm influenciando de maneira bastante visível nas áreas política e econômica, entre outras. Os primeiros acordos bilaterais intensificaram-se e expandiram-se, fazendo surgir os primeiros organismos multilaterais sub-regionais, a exemplo da Comunidade Andina de Nações (CAN), do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Outras iniciativas também têm contribuído positivamente para o processo de integração do subcontinente, tais como a Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA).

1 Major - ECEME.

2 Doutor - GESEL/UFRJ.

Nesse contexto, no ano de 2007, durante uma reunião de chefes de Estado do subcontinente na Ilha Margarita, na Venezuela, foi assinada a Declaração de Margarita, com a qual foi criado o Conselho Energético da América do Sul, composto pelos ministros da Energia dos países envolvidos. Com a atribuição de elaborar uma estratégia energética sul-americana, esse Conselho desempenha um papel catalisador para a integração regional, buscando atender as demandas energéticas exigidas pelo crescimento econômico da América do Sul.

Ressalta-se, também, que o choque de interesses e os antagonismos ainda existentes entre determinados países têm gerado alguns focos de tensão, ocasionando a interrupção do fornecimento de energia, tal como ocorreu com a Bolívia — em 2004, quando se negou a fornecer gás natural para o Chile, através da Argentina, pela reivindicação boliviana não resolvida de acesso ao mar, vedado desde o século XIX, quando o Chile anexou a província costeira boliviana.

De forma semelhante a este caso exemplificado, existem na América do Sul outras situações conflituosas, nas quais se identifica a necessidade do desenvolvimento das conexões internacionais relacionadas com a defesa estratégica como garantia do fornecimento de energia elétrica, quesito fundamental para a deseja-

da integração regional.

Diante dessa constatação, o mencionado processo de integração regional induziu à criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, em 2008, com o objetivo de fomentar o entrosamento em assuntos de defesa dos países que integram a UNASUL. Entre outras atribuições, esse

O choque de interesses e os antagonismos ainda existentes entre determinados países têm gerado alguns focos de tensão, ocasionando a interrupção do fornecimento de energia

Conselho visa à elaboração de políticas de defesa conjunta nos assuntos de segurança regional, intercâmbio de informações e de pessoal entre as respectivas Forças Armadas, troca de análises sobre

os cenários mundiais de defesa e integração das indústrias de material de defesa.

Do exposto, surge nossa problemática: **Como estabelecer vínculos entre o setor elétrico e as questões de defesa da América do Sul, a fim de contribuir para o processo de integração regional?**

Assim sendo, a pesquisa científica ora realizada teve como objetivo analisar a função da defesa e do setor elétrico na integração do subcontinente, buscando identificar as implicações entre ambos. Pretendeu-se, ainda, identificar o papel do Brasil como líder catalisador nesse processo.

A energia elétrica na integração da América do Sul

A energia é insumo indispensável ao desenvolvimento econômico, impulsiona-

nando a indústria, a agricultura e o comércio, desenvolvendo transportes e as comunicações, entre outros setores, e permitindo melhoria na qualidade de vida da sociedade.

No atual cenário mundial, cada vez mais globalizado e multipolar, evidencia-se o afloramento de uma crise energética global, resultante de vários componentes, tais como o aquecimento global, as mudanças climáticas e a inquietante necessidade de preservação do meio ambiente; o fortalecimento de países emergentes com a economia em plena expansão, como China e Índia; a crescente dependência das maiores economias de países e regiões politicamente instáveis; a escassez na oferta de energia, com previsões do possível esgotamento dos combustíveis fósseis para meados deste século; a instabilidade crescente em regiões detentoras de relevantes fontes energéticas, a exemplo do Oriente Médio e Ásia Central, dentre outros.

Na América do Sul, em comparação com outras regiões, a questão energética encontra-se em situação privilegiada, caracterizando-se pela relativa estabilidade política e econômica e, principalmente, pela existência de fontes energéticas suficientes para atender às necessidades da região. O subcontinente pode ser autossuficiente em insumos energéticos, sen-

do detentor de substanciais reservas de petróleo, gás natural e recursos hídricos, tais como as bacias Amazônica e Platina. Ademais, em razão de sua posição geográfica, apresenta promissora capacidade de geração de energia eólica, solar e biomassa (CASTRO, 2009).

Acrescenta-se a essa abundância de insumos, a possibilidade de levar a efeito a integração energética entre os países da região pela vantajosa característica da complementaridade, viável pela forma como essas fontes encontram-se distribuídas na região. Verifica-se que a heterogeneidade das fontes permite a diversificação das matrizes energéticas, o equilíbrio da oferta e da demanda de cada país, devido aos ciclos hidrológicos e aos fatores climáticos, dentre outros aspectos (CASTRO, 2009).

Nesse sentido, o setor elétrico se sobressai no cenário sul-americano,

no qual a hidrelétrica binacional de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, é o principal e mais imponente projeto de integração (CASTRO, 2010). Esse setor está assentado em sistemas elétricos independentes, os quais se estruturam em quatro segmentos: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Como os dois últimos estão inteiramente relacionados com o espaço interno de cada país e têm pouca (ou mínima) influência sobre o processo

Na América do Sul, em comparação com outras regiões, a questão energética encontra-se em situação privilegiada, caracterizando-se pela relativa estabilidade política e econômica

de integração regional, estão excluídos desta pesquisa. Na geração de energia elétrica, as principais fontes energéticas utilizadas são a hidrológica, o gás natural, a biomassa e o petróleo, havendo ainda o emprego, embora em menor escala, da fonte nuclear e de outras fontes alternativas (CASTRO, 2009).

Considerada uma matriz limpa, pela baixa emissão de gás carbônico na atmosfera, a matriz elétrica sul-americana é predominantemente hídrica, destacando-se o Brasil pelo efetivo aproveitamento e por possuir o maior potencial de expansão. Ademais, as possibilidades de acelerar o processo de integração energética estão assentadas no grande potencial hidrelétrico ainda não explorado que permitiria a desejável autossuficiência de energia para o subcontinente de forma sustentável (CASTRO, 2010).

O gás natural também assume relevante e progressivo valor na região e é a base da matriz energética da Argentina, Bolívia e Chile. No Brasil, ele constitui o insumo das usinas térmicas, que têm um papel complementar na matriz, contribuindo para a segurança energética. O gasoduto que transporta o gás natural da Bolívia para o Brasil, chamado de Gasbol, é o mais proeminente projeto integrador na região (CASTRO, 2009) e permitiu acelerar o processo de diversificação da matriz ener-

gética e elétrica brasileira e, ao mesmo tempo, gerar benefícios econômicos para a Bolívia (COSTA, 2011).

Outras estruturas integradoras, relacionadas à transmissão de energia, como as interligações elétricas entre Venezuela-Brasil, Argentina-Brasil, Argentina-Uruguai, Paraguai-Argentina, Argentina-Chile, Colômbia-Venezuela, Colômbia-Ecuador, dentre outros, demonstram que a integração energética está na vanguarda desse processo regional. Analisando a localização geográfica dessas interligações, percebe-se existirem duas porções de concentração. Uma no Cone Sul, região base do Mercosul, onde a integração está mais avançada, e outra porção à noroeste do subcontinente, onde se apresentam em número mais reduzido.

Nestes termos, a interligação do setor elétrico da América do Sul, se confirmada, permitirá mais eficiência e maior segurança energética, despondo como projeto essencial para a efe-

tiva integração regional, requisito primordial para o fortalecimento político, econômico e social do subcontinente diante dos desafios internacionais.

Com a implementação de Itaipu, marcante projeto binacional e de extrema importância para ambos os países, o Brasil demonstrou iniciativa na integração energética em âmbito regional, o que lhe

Considerada uma matriz limpa, pela baixa emissão de gás carbônico na atmosfera, a matriz elétrica sul-americana é predominantemente hídrica, destacando-se o Brasil pelo efetivo aproveitamento

garantiu assumir a vanguarda na integração energética no Cone Sul. Essa vanguarda é mantida pela estatal Eletrobrás, por meio da implementação de seu plano estratégico, que prevê, dentre outras ações, a compra de ativos e novos projetos em países sul-americanos (GAMA, 2011).

Os substanciais aportes financeiros disponibilizados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a expressiva participação de empreiteiras brasileiras no desenvolvimento do setor energético em países sul-americanos, a exemplo da Odebrecht, ratificam esse protagonismo à dianteira (NOGUEIRA, 2011). A Petrobrás e a Cemig também investem em energia nos países vizinhos e, atualmente, o projeto do polo de gás natural e petroquímica, no Peru, é o maior investimento brasileiro no exterior (SANTORO, 2011).

Embora a partir de 2005, Itaipu e o Gasbol tenham sido alvos de reivindicações de dirigentes políticos nos países parceiros, exigindo alterações contratuais a fim de obterem maiores benefícios econômicos, o Brasil conseguiu gerenciar diplomaticamente essas crises, fazendo concessões que permitiram evitar possíveis cortes no suprimento de energia elétrica e gás natural para o mercado nacional.

Projetos como esses exemplificados, demonstram claramente as intenções bra-

sileiras de garantir um processo integrador baseado no “ganha-ganha”, completamente oposto ao esquema de exploração imposto ao subcontinente no período colonial (COSTA, 2011).

Importante destacar que o setor mencionado enfrentou inúmeras contingências a partir dos anos 90, quando foram realizadas equivocadas reformas nas estruturas (privatizações) em todos os países, tendo como um elemento comum a perda da capacidade de planejamento do setor elétrico. A fim de reverter essa situação crítica, entre 2003 e 2004, o Brasil manteve sua iniciativa ao implementar um novo modelo, baseado em investi-

mentos privados complementados por investimentos públicos, considerado sólido, consistente e dinâmico, o qual tem permitido o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica (CASTRO, 2010).

Isso posto, comprova-se a capacidade técnica do Brasil para planejar e executar projetos energéticos efetivamente integradores, aliada à vital capacidade de atrair recursos de toda ordem necessários à viabilidade desses projetos e, ainda, à tradicional capacidade para resolução pacífica de conflitos com países da região.

Além disso, são inegáveis as influências diretas das dimensões do próprio setor elétrico brasileiro (considerando seus níveis de produção e consumo), bem como

Com a implementação de Itaipu, o Brasil demonstrou iniciativa na integração energética em âmbito regional, o que lhe garantiu assumir a vanguarda

da demografia; da economia e do território nacional em comparação com os demais integrantes da América do Sul. Isso, somado à emergência crescente do Brasil no cenário político e econômico internacional, evidencia o protagonismo do país no subcontinente, induzindo-o a assumir o papel de catalisador na integração do setor elétrico como parte do processo de integração regional.

De fato, o setor elétrico da América do Sul tem um papel especial no processo de integração regional, o que o transforma em estrutura estratégica, pois a sua interrupção ou destruição, seja parcial ou total, afeta diretamente setores econômicos, sociais, políticos, militares, ou seja, causando uma infinidade de prejuízos e reflexos negativos.

Ademais, além da ameaça externa à integridade e à soberania nacional, esse setor pode ser alvo de outras agressões. As ameaças internas à ordem constitucional e à paz interna de um ou vários Estados, juntamente com as ameaças sociais à segurança pública e, ainda, as ameaças da natureza, são realidades que devem ser consideradas durante um diagnóstico (SAINT-PIERRE, 2007).

Na América do Sul, têm sido uma constante as manifestações hostis sobre questões de caráter ambiental, fundiário, étnico, social, ideológico e outros mais, que, somados aos inúmeros desastres naturais, tais como terremotos, enchentes,

secas e descargas elétricas, apresentam-se como ameaças ao setor elétrico e de interesse da defesa. Os atuais projetos em andamento das hidrelétricas brasileiras na Amazônia de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte ratificam essa necessidade de planejamento.

Deste modo, percebe-se a necessidade de aproximação mais efetiva entre o setor elétrico e o da defesa do subcontinente, a fim de criar sinergias e garantir uma efetiva segurança energética regional, por meio da cooperação, da formulação de parcerias de interesse mútuo, como o desenvolvimento de tecnologia dual³.

As questões de defesa na América do Sul

Desde a retirada do poder colonial, a partir do século XIX, quando teve início o processo de emancipação política da América Latina, o subcontinente sul-americano tem sofrido com as alternâncias entre projetos de integração e processos conflitivos, o que tem sido extremamente desfavorável ao seu fortalecimento político e econômico. Aparentemente, essa alternância foi uma herança enervante do dualismo colonial, iniciado com a Bula Inter Coetera e o Tratado de Tordesilhas, em 1493 e 1494, respectivamente.

A partir desse período, a região que compunha o antigo império espanhol enveredou por um processo de fragmentação política, que ocasionou inúmeras

³ Tecnologia dual: com finalidades civil e militar

disputas fronteiriças originárias de definições de limites ineficazes ou inexistentes. Essas disputas territoriais, somadas às descobertas de abundantes reservas de recursos naturais, algumas em áreas em litígio, tornaram-se ponto central de inúmeros focos de tensão na região até a contemporaneidade. Nesse contexto, se inserem as principais guerras entre países da América do Sul: Guerra do Paraguai e as duas guerras do Pacífico, no século XIX, e a Guerra do Chaco, no século XX.

Na atual conjuntura, o panorama político-estratégico na América do Sul passa por uma série de profundas e surpreendentes mudanças. Como resultado do fim da Guerra Fria, evidencia-se uma interdependência multilateral cada vez maior entre os Estados Nação.

Nesse contexto, a questão de defesa regional na América do Sul se encontra em um momento chave neste início do século XXI, com a emergência de novas ameaças, de novos problemas e de novas proposições de solução que são estrategicamente sensíveis às formações históricas, aos padrões de relacionamento interestatal e às combinações de recursos políticos, econômicos e militares (SENHORAS, 2009).

Dessas transformações, emergem situações que favorecem a eclosão de con-

flitos desestabilizadores de Estados, das quais se destacam as seguintes: (1) ameaças externas – à integridade territorial e à soberania; (2) ameaças internas – à ordem constitucional e à paz interior; (3) ameaças sociais – à segurança pública; e (4) ameaças da natureza.

Por conseguinte, a situação atual dos países da América do Sul ainda inspira avaliações cautelosas quanto ao seu desenvolvimento, podendo ser dividida em duas porções, de acordo com sua

tendência para a emersão de conflitos. A primeira porção, chamada por SAINT-PIERRE (2007) de “Arco de Estabilidade”, abrangeria os países pertencentes ao Cone Sul e o seu processo de integração, e o Mercosul, que se apresenta mais desenvolvido e menos propenso a uma regressão para processos conflitivos. A segunda porção, chamada por SAINT-PIERRE (2007) de “Arco de Instabilidade”, representa a área que inclui os países com maior probabilidade de se envolverem em conflitos, como Colômbia e Venezuela e Bolívia e Chile.

Além do exposto, é importante destacar que . A fim de debilitar um país, é possível destruir sua economia e seu sistema político, assim como sua coesão interna e sua identidade cultural, sem necessidade de empregar força militar. Enfim, os ataques à segurança de um Estado podem

A ruína de um Estado pode ser conseguida por outros meios que não os militares

partir de outros Estados, mas também de conglomerados multinacionais, organizações terroristas ou cartéis de narcotraficantes (GLENNY apud FGV, 2011).

Nesse contexto, merece destaque o crescimento da ocorrência de ciberameaças e ciberguerras em âmbito internacional. A preocupação com a ciberguerra tem levado à criação de departamentos especializados nesse assunto, como o Cibercomando das Forças Armadas dos Estados Unidos — que se junta às unidades existentes para Terra, Mar, Ar e Espaço sideral. O potencial dessa nova forma de combater é imenso, como mostra o uso do vírus stuxnet, que contaminou os computadores do programa nuclear do Irã e pode tê-lo atrasado em anos. Torna-se evidente a necessidade de maior cooperação entre os governos para enfrentar essas ameaças, mas observando que se trata de um grande desafio; em razão das rápidas transformações tecnológicas, é difícil estabelecer um marco regulatório.

Logo, conscientizado dessas premissas (expansão interna, integração regional, projeção externa), o Brasil adota atitudes integradoras e cooperativas, que ocasionam uma nova postura do campo de defesa. O mais relevante exemplo é a implementação da Estratégia Nacional de Defesa (END), que está focada em ações

estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Enfatiza ainda o papel de três setores decisivos para a defesa nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear.

O primeiro aspecto a ser destacado é que a END é qualificada como inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento. Enquanto uma motiva, a outra fornece escudo à primeira, ou seja, cada uma reforça as razões da outra. Em sua definição, Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2008).

O segundo aspecto reside na intenção de estimular a integração da América do Sul, pois se considera que ela não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como também possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Logo, pretende-se que o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) crie mecanismo consultivo que permita prevenir conflitos

A Estratégia Nacional de Defesa está focada em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa

e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região (BRASIL, 2008).

Um terceiro aspecto a ser lembrado e que serve de modelo ao subcontinente sul-americano, diz respeito à intenção de capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. Para essa capacitação, a END menciona a proteção de empresas por meio de regime

jurídico, regulatório e tributário especiais contra os riscos do imediatismo mercantil, assegurando continuidade nas compras públicas. Enfim, pretende-se incentivá-la a competir em mercados

externos para aumentar a sua escala de produção (BRASIL, 2008).

A quarta ideia levantada na END refere-se às capacidades cibernéticas, que se destinarão ao mais amplo espectro de usos industriais, educativos e militares. Nesse sentido, em meados de 2010, foi criado o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) do Exército Brasileiro, com sede em Brasília, com o objetivo de coordenar ações de defesa cibernética e a proteção das redes militares e governamentais, além de possibilitar uma contribuição na proteção às infraestruturas de informação (BRASIL, 2008).

Além de outros, a END tem como

objetivos fundamentais o desenvolvimento de um maior engajamento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa; o estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro; e definir e desenvolver pesquisas de uso dual.

Com a END, o Brasil procura explorar sua experiência já adquirida com projetos estratégicos relacionados à segurança e à defesa nacional, tais como os projetos de Sistema de Vigilância e Proteção

da Amazônia (SIVAM/SIPAM), o Sistema de Monitoramento Integrado das Fronteiras Terrestres (SISFRON), o Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTE-

GER), além de inúmeras parcerias e acordos de cooperação binacional em defesa com praticamente todos integrantes da UNASUL.

O Sistema PROTEGER, criado em abril de 2012, visa capacitar o Exército Brasileiro a atuar na proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer) do país, implementando medidas de prevenção e/ou atuação em caso de contingência, quando determinado pelo Governo Federal (BRASIL, 2012b), e o SISFRON visa fortalecer a presença do Estado na faixa de fronteira, incrementando a capacidade do Exército de monitorar as áreas de interesse, de tomar decisões confiáveis e

O Sistema PROTEGER, criado em abril de 2012, visa capacitar o Exército Brasileiro a atuar na proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer)

oportunas e atuar prontamente no cumprimento de suas missões constitucionais (BRASIL, 2012b).

Para exemplificar, um projeto piloto do SISFRON, que contempla a inclusão do parque linear de Itaipu, será implantado na região da Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina), a fim de garantir a segurança das fronteiras.

Outra ação brasileira executada, que serve de modelo para a UNASUL, é a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), do Ministério da Integração Nacional, com a responsabilidade das ações de defesa civil em todo o território nacional e que prevê, em seus planos, o apoio das Forças Armadas tendo em vista sua estrutura, meios e pessoal presentes em todos os Estados da federação.

Considerações finais

A fim de cooperar com a implementação e o desenvolvimento de políticas de integração regional, este trabalho visou a estabelecer vínculos entre a defesa e o setor elétrico da América do Sul. Para isso, foi feita uma análise em que se identifica a relevância desses setores no processo de integração ora em curso e se destacam as implicações entre ambos.

Em síntese, o papel das Forças Armadas dos membros da UNASUL surge como determinante para garantir a segurança e a estabilidade da região, pois a segurança energética representa um elemento prioritário na agenda política e estratégica do subcontinente.

Esse aspecto ganha proeminência ao se levarem em conta as características dos conflitos atuais, entre elas, a de que uma guerra também pode ser vencida com o emprego de métodos não convencionais. Novos cenários, novas tecnologias, novos processos, novos adversários — por vezes não identificados ou manipulados — e novas formas de reduzir ou eliminar a capacidade de lutar do oponente deixam clara a substancial mudança na natureza dos conflitos.

Seguindo a tendência mundial, a cooperação multilateral deve ser privilegiada, não em detrimento da cooperação bilateral, mas como um mecanismo mais ágil para a formação de redes de colaboração entre pesquisadores, estudantes, técnicos, executores, planejadores, estrategistas e decisores. Enfim, em todos os níveis e escalões possíveis e necessários.

Assim sendo, conclui-se que tais cooperações, se implementadas de maneira complementar e não substitutiva, possibilitariam a criação de sinergias extremamente transparentes e benéficas, o que permitiria a troca de pontos de vista e de experiências entre setores civis e militares, contribuindo para o desenvolvimento democrático. Seus esforços somados estariam maximizando o desenvolvimento de pesquisas, a gestão do conhecimento, a execução de atividades e o emprego de recursos de toda ordem. Sua efetivação, por si só, significaria a implementação de uma política de integração regional, como ação integradora, beneficiando a integração dos setores e das infraestruturas envolvidas.

Além do mais, permitiria a avaliação e a identificação dos riscos a fim de produzir pareceres conjuntos, incentivando o conhecimento das capacidades e limitações de cada setor, o que facilitaria a identificação de contribuição recíproca. Isso, certamente, garantiria a estabilidade no setor elétrico, tornando-o mais atraente para investidores, fator essencial para seu desenvolvimento.

Por fim, ressalta-se que a inclusão do setor elétrico nas questões de seguran-

ça e defesa da América do Sul, por meio da cooperação interagências interestatais, é uma alternativa viável, oportuna, relevante e exequível, desde que exista a conscientização de sua necessidade e, conseqüentemente, a imprescindível vontade política. De fato, seus resultados fortaleceriam a segurança energética sul-americana, permitindo o desenvolvimento político, econômico, social e militar, aspectos basilares para a desejada autonomia de uma América do Sul integrada.

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília. 2008. Aprovada pelo Decreto n. 6.703, de 18/dez/2008. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 23 Jun 2009.

BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria n. 044 – EME, de 15 de abril de 2012. Cria o Projeto Estratégico SISFRON e constituição da equipe do projeto. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 16, p.35, 20 abr. 2012a.

_____. Exército Brasileiro. Portaria n. 045 – EME, de 17 de abril de 2012. Cria o Projeto Estratégico PROTEGER e constitui a equipe inicial do projeto. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 16, p.36, 20 abril 2012b.

CASTRO, Nivalde J. de. O papel do Brasil no processo de integração do setor elétrico da América do Sul. Rio de Janeiro: GESEL, UFRJ, ago. / 2010. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/tdse/TDSE23.pdf>.

_____. ROSENTAL, Rubens; GOMES, Victor José Ferreira. A integração do setor elétrico na América do Sul: características e benefícios. Rio de Janeiro: GESEL, UFRJ, 2009. Disponível em: <<http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/tdse/TDSE10>>.

_____. Ciberameaças e Relações Internacionais. CPDOC. FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/relacoesinternacionais/reportagens/30112011>>.

COSTA, Darc. Consultor, ex-vice presidente do BNDS e professor da ESG. [5 de outubro, 2011]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida ao autor na sede de seu escritório.

GAMA, Sinval Zaidan. Superintendente de Operações no Exterior da Eletrobrás. [14 de outubro, 2011]. Rio de Janeiro: Eletrobrás. Entrevista concedida ao autor.

NOGUEIRA, Manoel Antônio. Desenvolvimento de Negócios da Odebrecht – Defesa e Tecnologia. Entrevista concedida ao autor em 2 de dezembro de 2011 na sede da Odebrecht no Rio de Janeiro.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. As “novas ameaças” às democracias latino-americanas: uma abordagem Teórico Conceitual. 2007. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.). Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

SANTORO, Maurício. Jornalista, doutor em Ciência Política e professor universitário. 9 de dezembro, 2011. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Entrevista concedida ao autor por ocasião da Conferência da IASIA para a América Latina e Caribe.

SENHORAS, Elói Martins. O Conselho sul-americano de defesa e as percepções da construção da segurança cooperativa no complexo regional da América do Sul. Centro de Estudos Hemisférico de Defesa. Conferência Subregional. Retos a la Seguridad y Defensa en un Ambiente Político Complejo: Cooperación y Divergencia en Suramérica. Cartagena de Indias. Colômbia, 2009. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/SRC-Colombia09/Papers/Senhoras%20BRAI.pdf>>.